



13º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Agroecologia, Convivência com os Territórios
Brasileiros e Justiça Climática



Articulação multiatores para a efetivação do PSA na cidade de São Paulo: redes, práticas e aprendizados

BORGES, Juliana Neumann¹; COSTA, Anita Valente da²,
CHRISTOPOULOS, Tania Pereira³, MARTINS DOS SANTOS, Rodrigo⁴,
OLIVEIRA, Patrícia do Prado⁵, SANTOS, Beatriz Oliveira dos⁶

*Não preencher na
primeira submissão!
Se o trabalho for
aceito, inserir na
submissão final.*

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Por favor, deixe um espaço simples para iniciar outro item (Arial, tamanho 12). Este é o tipo da sua submissão. Não há que escrever nada aqui. Não apagar esta informação.

Eixo Temático: Políticas Públicas e Agroecologia

Resumo

O artigo tem como objetivo apresentar a experiência de articulação multiatores na implantação da política pública PSA Mananciais em Parelheiros, extremo sul da cidade de São Paulo. A articulação ocorre a partir de um projeto que emprega metodologia participativa, construída e aplicada em conjunto com os beneficiários - em sua maioria agricultores agroecológicos - universidade, ONG e poder público. Oficinas foram propostas, sendo algumas já realizadas, para esclarecer dúvidas; levantar demandas e planos para cumprimento dos compromissos assumidos; e estimular uma rede de apoio mútuo entre os envolvidos. Como resultados preliminares, apontam-se: o reconhecimento dos serviços ambientais prestados pelos provedores, legitimando seu pagamento; a inclusão de temas que não estavam previstos no edital anterior; a formação de uma rede que compartilha recursos e estratégias para a efetivação da política; e o fortalecimento dos sujeitos, ampliando sua participação.

Palavras-Chave: agroecologia; políticas públicas; mananciais.

Contexto

O programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) da Prefeitura de São Paulo representa a consolidação de uma trajetória coletiva que une agricultores agroecológicos, movimentos sociais, organizações da sociedade civil, academia e o poder público em torno da conservação ambiental e proteção de áreas de mananciais. Após mais de duas décadas de mobilização (São Paulo, 2020; Neves

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Fundo Agroecológico, ju.neumann@gmail.com

² FUA - Fundo Agroecológico, anitavalentedacosta@gmail.com

³ Universidade de São Paulo, EACH, tchristo@usp.br

⁴ Prefeitura da Cidade de São Paulo, SVMA, rodrigomsantos@prefeitura.sp.gov.br

⁵ Prefeitura da Cidade de São Paulo, SVMA, patricapradooliveira@prefeitura.sp.gov.br

⁶ Universidade de São Paulo, EACH, beatrizsantos@usp.br



13º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Agroecologia, Convivência com os Territórios
Brasileiros e Justiça Climática



et al., 2005), com marcos como a criação das Áreas de Proteção Ambiental Capivari-Monos (2001) e Bororé-Colônia (2006), o Projeto Oásis (2006), a promulgação do Plano Diretor (2014)⁷, que reconheceu 28% do município como zona rural, a publicação do Plano Municipal de Serviços Ambientais - PMSA (2019) e a institucionalização de programas como o Projeto Ligue os Pontos⁸ e, posteriormente, o Sampa+Rural⁹, o PSA tornou-se uma política pública estruturada, capaz de remunerar agricultores familiares e prestadores de serviços ambientais.

Desde de 2024, alguns atores como o FUA¹⁰, em parceria com o Projeto Guardiões de Parelheiros (Projeto Biota - FAPESP) estão articulando, junto a Prefeitura de São Paulo (Secretaria do Verde e Meio Ambiente - SVMA) e a rede de agricultores agroecológicos, a adesão e acompanhamento da política pública PSA.

Essa iniciativa é conduzida por uma equipe multidisciplinar que integra sujeitos da sociedade civil com vínculos diretos com o território. Desde sua concepção, reconhece e valoriza as dinâmicas identitárias, histórico-culturais, socioambientais e econômicas já existentes. Sua atuação se concentra nos desafios sociais e ambientais enfrentados na região do extremo sul de São Paulo, em especial no distrito de Parelheiros — território que abriga remanescentes significativos da Mata Atlântica, um dos biomas mais diversos do planeta, mas que sofre crescentes pressões da expansão urbana, como loteamentos imobiliários e desmatamento.

O PSA Mananciais, objeto deste estudo, foi criado em março de 2022, pelo Decreto Municipal nº 61.143. Podem se beneficiar desta política pública, os proprietários ou arrendatários de terra que façam manutenção ou recuperação de nascentes e matas ciliares, a agricultura familiar e a soltura de animais silvestres, posicionando favoravelmente os agricultores agroecológicos, que podem cumprir simultaneamente todos os objetivos.

Em dezembro de 2022, o edital FEMA 04/2022 tornou público o processo de seleção para a participação no Programa de Pagamento por Prestação de Serviços Ambientais, disponibilizando R\$1.020.000 de recursos anuais para até 35 propriedades por um período de três anos (prorrogáveis), com valor de pagamento por hectare em cerca de dez vezes superior à média dos programas de PSA no país

⁷ Plano Diretor Estratégico (PDE 2014):

<https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/marco-regulatorio/plano-diretor/texto-da-lei-ilustrado/>

⁸ Projeto da Prefeitura de São Paulo com objetivo de fortalecer a agricultura e combater a expansão urbana na zona rural sul da cidade.

⁹ Iniciativa da Prefeitura de São Paulo para oferecer assistência técnica e incentivar áreas de cultivo na região rural da cidade.

¹⁰ O Fundo Agroecológico (FUA) é uma organização sem fins lucrativos que funciona como fundo de recursos financeiros, técnicos e humanos gerido por uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, a Associação pela Propriedade Comunitária. Lançado publicamente em 2021, o fundo mobiliza recursos para a aquisição ou a gestão de terras em regime agroecológico e agrofloresta, realiza compras diretas dos agricultores, constrói campanhas de doações de alimentos agroecológicos, organiza um grupo de consumo, realiza visitas e turismo de base comunitária.



13º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Agroecologia, Convivência com os Territórios
Brasileiros e Justiça Climática



(podendo atingir R\$ 40.000/hectare/ano), considerando a relevância estratégica dessas áreas no contexto metropolitano. O proponente deveria apresentar um Projeto de Conservação e Recuperação de Serviços Ambientais (PROSA) e contou com apoio técnico da prefeitura para sua elaboração.

A seleção foi realizada em duas etapas. Previa-se a habilitação de até 70 propriedades e seleção final de 35. No entanto, apenas 54 propriedades se inscreveram, 43 foram habilitadas e 30 já foram contempladas.

Descrição da Experiência

O FUA entra como mediador do processo, com capital social, técnico e político. Atua para traduzir linguagens, alinhar interesses e construir confiança entre os prestadores de serviço ambiental, agricultores, e o poder público. A Universidade aporta metodologias participativas, por meio da pesquisa-ação. Com a participação direta das populações envolvidas, o mediador compreende o contexto histórico e social e desenvolve ações conjuntas de construção do conhecimento agroecológico, relações endógenas e redes de articulação/organização que constituem como território (Morin, 2004).

Erguer estratégias conjuntas para a construção de conhecimentos agroecológicos requer aportes metodológicos baseados na participação priorizando o diálogo entre diferentes atores sociais. Assim, novos ambientes de aprendizagem tornam-se possíveis, oportunizando configurações de ensino-aprendizagem em agroecologia, construídos a partir de diferentes formatos metodológicos, diversidade dos autores e troca de saberes (Pahl Wost e Hare, 2004).

No contexto, a pesquisa-ação, permite que os participantes compreendam suas práticas como formadas por estruturas que moldam e restringem suas ações, mas também por meio dos processos do mundo da vida de reprodução cultural, integração social e socialização-individualização. Neste contexto, oficinas foram elaboradas com participantes da universidade, do poder público e agricultores agroecológicos.

Outrossim, a integração de instituições da sociedade civil organizada, em cooperação com a academia e o setor público favorece o controle social das ações governamentais e confere maior eficácia às políticas públicas (Almeida, 2020).

Oficinas como instrumentos de articulação e criação de sentido coletivo

A primeira oficina foi realizada em 25 de julho de 2024 na sede da Prefeitura de São Paulo com os seguintes objetivos: construir uma relação próxima e empática com a equipe responsável pela coordenação do PSA Mananciais; representar os interesses dos beneficiários da política pública; iniciar uma relação de confiança e



13º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Agroecologia, Convivência com os Territórios
Brasileiros e Justiça Climática



intercâmbios entre sociedade civil, universidade e gestão pública; estabelecer vínculo e execução do termo de cooperação conjunta entre SVMA, FUA e USP.

A oficina evidenciou a necessidade de aprofundar a compreensão dos prestadores de serviços ambientais, sobretudo dos agricultores agroecológicos, sobre o Programa de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), especialmente no que diz respeito aos objetivos da política e às possibilidades de uso do recurso financeiro recebido. Também emergiu a necessidade de apoio técnico e logístico por parte da Secretaria do Verde e Meio Ambiente (SVMA), incluindo a ampliação de recursos institucionais — com destaque para aluguel de veículos e compra de equipamentos como drones — para garantir o monitoramento e acompanhamento efetivo da política.

A segunda oficina, realizada em 17 de agosto de 2024 na sede da Escola de Agroecologia de Parelheiros (Parque Nascentes do Ribeirão Colônia) teve como principal objetivo criar um espaço de escuta ativa, promovendo o diálogo direto entre provedores e poder público sobre os desafios de implementação desta política.

Foram esclarecidas dúvidas recorrentes durante a oficina, sobre a diferença entre serviços ambientais e ecossistêmicos, pagamento de serviço ambiental e crédito de carbono, aplicabilidade dos recursos financeiros, revisão dos compromissos assumidos e resultados desejados para o primeiro ano. Por outro lado, o espaço permitiu que os provedores compartilhassem sua vivência e conhecimento das práticas agroecológicas.

A metodologia adotada incluiu dinâmicas em grupos temáticos, a técnica de *world café*¹¹ e a apresentação dos primeiros achados da pesquisa de campo realizada pelo FUA sobre o perfil dos agricultores. O grupo foi dividido em 4 mesas para levantar: atividades ambientais que pretendem implementar para além das atividades previstas no PROSA; desafios de implementação das atividades propostas; aspectos positivos e melhorias no programa.

Entre os aspectos positivos destacados estiveram a comunicação eficiente via comunidade do WhatsApp com a equipe da SVMA, o apoio técnico disponível e as redes locais de diálogos entre os agricultores para compra e troca de mudas de reflorestamento e de equipamentos, e realização de mutirões de plantio. Por outro lado, os participantes relataram desafios significativos, como a compreensão do PROSA, as tensões entre reflorestamento em áreas de produção (hortas), e entraves logísticos e burocráticos para apresentação dos relatórios por parte dos provedores para a Secretaria do Verde.

¹¹ Metodologia propõe a divisão dos participantes em que grupos menores para, simulando um ambiente informal de café, colaborar com ideias sobre um tema específico.



13º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Agroecologia, Convivência com os Territórios
Brasileiros e Justiça Climática



As demandas levantadas incluíram capacitações temáticas, melhorias para o próximo edital de PSA, fomento ao turismo agroecológico e maior integração com outros órgãos públicos (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, responsável pela Coordenação da Agricultura na cidade, por exemplo). Ao final, foi pactuada a construção de uma agenda comum, com o mapeamento das prioridades e a previsão de um próximo encontro de devolutiva e planejamento conjunto.

A terceira oficina, realizada em outubro de 2024, teve como objetivo priorizar em conjunto quais seriam as iniciativas de maior impacto e urgência. Foram eleitas as capacitações; o compartilhamento de agenda (boas práticas, mutirões temáticos e socializar conhecimento); apoio ao turismo regional; facilitação na prestação de contas e nos processos relacionados à autorização como poda, corte de árvores, produção de agroflorestas; aquisição de conhecimento sobre legislação e espécies nativas; e melhorias tanto na compreensão de como e onde aplicar os recursos.

Resultados

Reconhecimento dos serviços ambientais já prestados pelos provedores, legitimando o pagamento desses serviços, quais sejam: criação de abelhas para melhorar polinização nas áreas, recuperação de áreas por meio de atividades de ecoturismo e enfatizar as práticas agroecológicas entre os agricultores familiares. Ampliação da política, como aumento da participação no território, apoio aos provedores com documentação, padronização do processo e orientação técnica para o cumprimento das exigências burocráticas, em especial para a elaboração do PROSA.

O FUA estabeleceu uma grade de oficinas para atender os provedores com algumas das demandas acima relacionadas. Foram iniciadas oficinas de identificação de espécies nas propriedades para ajudar os prestadores de serviços ambientais em suas atividades de turismo ecológico e pedagógico. A oficina aconteceu em abril de 2025 e foram desenhadas visitas em campo com biólogo parceiro para seguir com o mapeamento das espécies nas trilhas.

A segunda oficina, julho de 2025, foi sobre cultivo e manejo de abelhas nativas em parceria com a Escola de Agroecologia de Parelheiros, unidade da SVMA. Foram três dias de aulas práticas e teóricas sobre benefícios das abelhas para a agroecologia, produção de mel e própolis para complemento de renda dos agricultores. As aulas serão acompanhadas de visitas em campo para apoio no manejo. As próximas oficinas serão de conservação de solo e saneamento e estão programadas para o segundo semestre de 2025.

A ampliação da participação das diferentes partes, SVMA, beneficiários da política pública, universidade e organização da sociedade civil, permite que todos sejam representados no processo de articulação e beneficiados com as trocas e decisões em conjunto. Bem como possibilitar momentos de escuta para diálogo aberto que



13º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Agroecologia, Convivência com os Territórios
Brasileiros e Justiça Climática



facilite esclarecimentos.

Tratando-se de um projeto piloto, o desenvolvimento do processo de mediação propiciou a ampliação da participação e deu evidências da escuta de demandas coletivas. Esse controle social fortalece e dá mais legitimidade à política pública do PSA, assim como maior integração com os reais interesses das populações diretamente afetadas.

O processo participativo foi construído de forma gradual, de acordo com o planejamento das agendas e execução das oficinas, um método previsto na pesquisa-ação. A criação de posições e articulação de interesses multi atores se construiu a partir do diálogo entre os envolvidos.

Agradecimentos (opcional)

Agradecemos ao Instituto Ibirapitanga pelo apoio financeiro, que viabilizou parte das ações relatadas neste trabalho, possibilitando a mobilização territorial, o acompanhamento técnico e a elaboração das propostas apresentadas pelos agricultores. Reconhecemos também a contribuição de colaboradores e membros das associações locais, da Prefeitura de São Paulo - Secretaria do Verde e Meio Ambiente, bem como a dedicação dos profissionais do FUA – Fundo Agroecológico, cujo empenho foi fundamental para o alcance dos resultados obtidos.

Este trabalho contou ainda com o apoio da FAPESP – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo, no âmbito do Programa BIOTA Transformação, por meio do projeto *“Guardiões de Parelheiros: serviços ambientais, organização comunitária e produção agroecológica de alimentos no extremo Sul de São Paulo”* (Processo nº 2023/11977-7).

Referências bibliográficas (quando houver)

ALMEIDA, Carla. O que sabemos sobre as instituições participativas? Três aprendizados. In Teixeira, Almeida & Moroni (org), A democracia necessária e desejada. Marília/SP: Lutas Anticapital, 2020.

MORIN, A. Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropopedagogia renovada. Rio de Janeiro: DP&A, 2004

NEVES, H; DEVECCHI, A.; SILVA, E.; MARTINS DOS SANTOS, R. Práticas de compensação por serviços ambientais na cidade de São Paulo. In Whatelly & Hercowitz, Serviços Ambientais - conhecer, valorizar e cuidar: subsídios para a proteção dos mananciais de São Paulo. p. 95-104. São Paulo: ISA, 2008.

PAHL WOST, C.; HARE, M. Processes of social learning in integrated resources management. Journal of Community and Applied Psychology, New York, v. 14, p. 193-206, 2004.



13º CONGRESSO BRASILEIRO DE AGROECOLOGIA

Agroecologia, Convivência com os Territórios
Brasileiros e Justiça Climática



SÃO PAULO (cidade). PMSA - Plano Municipal de Conservação e Recuperação de Áreas Prestadoras de Serviços Ambientais. Coord. Martins dos Santos, R. São Paulo: SVMA, 2020.